



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7925 - Pôster - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 15 - Educação Especial

O PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA DO CAMPO: UMA PROBLEMÁTICA A SER SUPERADA

Priscila Alvarenga Cardoso Gimenes - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Valéria Peres Asnis - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

O PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA DO CAMPO: UMA PROBLEMÁTICA A SER SUPERADA

O movimento por uma educação inclusiva é uma ação política, social, cultural e pedagógica, que ocorre em defesa do direito de todos os estudantes terem acesso à educação sem nenhum tipo de discriminação. Ela constitui um modelo educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que associa igualdade e diferença como valores indissociáveis. Dessa forma, assume uma função importante na sociedade contemporânea ao reconhecer o papel da escola na superação da questão da exclusão e da prática discriminatória.

Considerando a proposta da educação inclusiva, com destaque para a inclusão escolar de alunos com deficiência, o presente trabalho tem como objetivo propor reflexões sobre o atendimento educacional destinado a alunos público alvo da educação especial (PAEE) nas escolas do campo, a partir de uma pesquisa bibliográfica.

Sendo a educação inclusiva um direito assegurado na Constituição Federal (1988), o espaço escolar precisa estar preparado para desenvolver um bom trabalho. Em se tratando de alunos PAEE, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) entre os anos de 2005 e 2015 o número destes alunos em salas de aula comum aumentou de 114 mil para 750 mil alunos. O ingresso cada vez mais frequente destes alunos na escola regular de ensino é um indicador positivo, porém, não é um fato tranquilizador, uma vez que há um despreparo dos professores, carência de espaços, materiais e informações adequados para oferecer a esta população experiências de aprendizagem positivas. (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Ao refletir sobre a questão da educação dos alunos PAEE no contexto da educação do campo as barreiras são mais complexas, visto que a Educação do Campo ainda enfrenta diversos desafios para que as propostas previstas nos documentos legais (BRASIL, 1988;

1996; 2002) que normatizam e orientam esta modalidade de educação, sejam cumpridas.

A Educação do Campo, que se originou da luta das populações rurais por uma educação de qualidade que respeita as peculiaridades da vida no campo deve, de acordo com Arroyo (2004, p. 101-102), "Afirmar a igualdade dos direitos humanos independente de toda diversidade inclusive territorial. O lugar onde se vive não pode condicionar os direitos".

Neste sentido é fundamental que os alunos PAEE também sejam atendidos em suas necessidades educativas e alcancem sucesso em seu processo de escolarização, o que não tem acontecido, pois embora Caiado e Meletti (2011) tenham identificado, a partir das análises dos microdados do Censo da Educação Básica de 2007 a 2010, que houve aumento no quantitativo dos alunos PAEE matriculados nas escolas do campo, Nozu, Bruno e Sebastián-Heredero (2016) constataram um silenciamento em relação a estes alunos, resultado do não atendimento ao direito à educação.

A pesquisa mostrou que grande parte das propostas de políticas públicas destinadas à educação do campo não foram implementadas e ainda há um longo caminho a ser percorrido, visto que além de todas as dificuldades vivenciadas pelos estudantes das escolas do campo, os alunos PAEE não contam com os recursos e serviços específicos para atender a suas necessidades, tampouco com docentes que possuem conhecimentos básicos específicos para o atendimento de suas peculiaridades.

Dessa forma, concluímos que a inclusão representa um grande desafio para as escolas do campo constituindo-se em um fator fundamental para se alcançar a igualdade de direitos e oportunidades, e que é necessário ampliar os estudos, discussões e investimentos em políticas públicas voltadas para esta população.

Palavras-Chave: Aluno com deficiência. Educação especial. Educação do campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G; Por um tratamento público da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.). **Contribuições para a Construção de um Projeto Político de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004, p.91-108.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 1 set. 2020.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 1 set. 2020.

_____. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 Institui **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?>

option=com_doc man&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 3 set. 2020.

CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, p.93-104, mai./ago. 2011.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (Orgs.) **Por uma Educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GREGUOL, M.; GOBBI, E.; CARRARO, A. Formação de Professores para a Educação Especial: uma Discussão sobre os Modelos Brasileiro e Italiano. **Rev. Bras. Ed. Esp.** v. 19, n. 3, p. 307-324, 2013.

NOZU, W. C. S.; BRUNO, M. M. G.; SEBASTIÁN HEREDERO, E. Interface educação especial - educação do campo: diretrizes políticas e produção do conhecimento no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], p. 489-502, mai 2016.

Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8569>>. Acesso em: 3 set. 2020.